

Orçamento do Desporto 2002

A proposta de Lei do Orçamento para 2002 apresentada pelo Governo à Assembleia da República, traduz-se num acréscimo de 28,1% relativamente ao ano de 2000. De modo a se perceber, qual o sentido deste aumento e a opção política que emana a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), procedeu a um estudo, que face aos elementos disponibilizados, permite compreender no plano geral, a proposta apresentada.

1. Introdução

A proposta de Lei do Orçamento para 2002 apresentada pelo Governo à Assembleia da República, traduz-se num acréscimo de 28,1% relativamente ao ano de 2000.

De modo a se perceber, qual o sentido deste aumento e a opção política que emana a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), procedeu a um estudo, que face aos elementos disponibilizados, permite compreender no plano geral, a proposta apresentada.

2. Análise Global

No curto prazo a proposta apresentada não significa qualquer reforço da acção do Estado do ponto de vista financeiro, com excepção do Euro 2004 e no médio e longo prazo não existem por parte do Governo perspectivas de desenvolvimento do sector.

2.1 O que é proposto para 2002 por instituição

Para o IND propõe-se um aumento global de 33%, ou seja mais 6,16 milhões de contos, que como se observa no quadro se deve apenas ao crescimento da despesa do PIDDAC;

Para o CEFD propõe-se uma quebra de 5 por cento, não chegando os valores do PIDDAC para lhe darem uma evolução positiva;

Para o CAAD propõe-se uma situação equivalente à do IND, crescendo apenas no PIDDAC.

Quadro 1

Despesa total – contos	2001	2002	diferença	%
IND	18,530	24,690	6,160	+33
CEFD	1,172	1,108	-64	-5
CAAD	1,729	2,221	492	+28
Total	21,421	28,019	6,598	+31
.				
PIDDAC - contos	2001	2002	diferença	%
IND	9,360	15,912	6,552	+70
CEFD	462	489	27	+6
CAAD	600	1,129	529	+88
Total	10,442	17,530	7.108	+68
.				
Despesa corrente - contos	2001	2002	diferença	%
IND	9,170	8,778	-392	-4
CEFD	710	619	-91	-13
CAAD	1,129	1,092	-37	-3
Total	11,010	10,490	-520	-5

Em termos globais a despesa corrente será negativa no que respeita ao crescimento de 2001 para a 2002 (cf. Quadro 1)

Sendo a inflação esperada de 2,5% a 3% a quebra da despesa corrente chega aos 8%.

Considerando que a despesa corrente obrigatória do Estado irá crescer 9%, a quebra para a restante despesa corrente no qual está incluído algum do apoio

às federações desportivas poderá subir a valores próximos dos 20%, se considerar a habitual falta de controlo já demonstrada no passado na gestão da despesa pública para o desporto.

2.2 Análise do PIDDAC por Instituição

Considerando ser o PIDDAC o instrumento de financiamento com o aumento positivo mais significativo justifica-se a sua análise por instituição e por programa.

Quadro 2

PIDDAC - contos	2000	2001	2002	2001- 2000	2002- 2001	% 2001>2002
IND	7,870	9,360	15,912	1,490	6,552	70
CEFD	513	462	489	-51	27	6
CAAD	727	600	1,129	-127	529	88
Total	9,110	10,422	17,530	1,312	7,108	68

Verifica-se que o crescimento do PIDDAC tem uma distribuição de 6,55 milhões de contos para o IND, de 529 mil contos para o CAAD e de menor expressão para o CEFD, apenas 27 mil contos.

2.3 Análise do PIDDAC do IND por programas

Na última coluna do quadro 3 pode observar-se que o PIDDAC do Instituto Nacional do Desporto para 2002 tem uma proposta de aumento de 6.551.845 contos, correspondendo a mais 70% de 2001, subdividido da seguinte forma:

- Os serviços do IND que já em 2001 tinham recebido mais 25.000 contos têm um aumento proposto mais significativo de 150.000 contos para 2002, ou seja de mais 115%;

- O programa RIID de 2002 vê um novo corte desta vez do dobro do sofrido no ano anterior, menos 37%;
- Em compensação os apoios a sedes de federações e a clubes aumentam 600.000 contos, mais 300%, sendo o valor dos clubes e colectividades directamente atribuído pelos serviços regionais e distritais do IND;
- A alta competição beneficia de um aumento de 800.000 contos, mais 58%, eventualmente visando a compensação dos cortes efectuados na despesa corrente do IND e que se venham a repercutir no apoio às federações desportivas;
- Os equipamentos de base relacionados com o programa PRODED e o QCA III têm o aumento de um quarto de milhão de contos, mais 4%;
- O Euro 2004 tem um aumento de 5,4 milhões de contos correspondentes à última tranche do apoio do Estado ao evento, representando um aumento de 900% em relação a 2001.

Quadro 3

IND - PIDDAC - contos	2000	2001	2002	2001- 2000	2002- 2001	% 2001>2002
Total	7,870	9,360	15,911	1,490	6,551	+70
Serviços IND	105	130	280	25	150	+115
PRIID 2002	2,000	1,700	1,076	-300	-624	-37
Alta Competição	.	1,370	2,170	1,370	800	+58
Sedes e clubes	250	200	800	-50	600	+300
Equipamentos de base	4,480	5,360	5,585	880	225	+4
EURO 2004	1,035	600	6,000	-435	5,400	+900

Retirando o Euro 2004 o aumento do PIDDAC para o IND corresponde a um aumento de 13%, no montante de cerca de 1,15 milhões de contos.

3 Análise do período de 2000 a 2004 e anos seguintes

A análise da proposta do Governo de investimento no período citado mostra que:

- O Euro 2004 justifica o crescimento da despesa em 2002 e 2003;
- Depois de 2004 não existe nenhuma verba dedicada à alta competição.

As únicas rubricas que resta depois de 2004 são o PRODED e o programa RIID dedicados às infra-estruturas. A rubrica destinada às sedes e clubes receberá uma percentagem próxima dos 12% do PIDDAC dos anos seguintes.

Quadro 4

	Até					Anos	
IND - PIDDAC - contos	31/12/00	2001	2002	2003	2004	seguintes	Total
Serviços do IND	130	130	280	280	280	.	1,100
Programa RIID	28,474	1,700	1,076	700	800	1,800	34,551
Alta Competição	.	1,370	2,170	2,400	2,900	.	8,840
Sedes e Clubes	250	200	800	825	650	1,375	4,100
Equipamentos base - Proded	4,450	5,360	5,585	6,000	6,000	7,970	35,365
Euro 2004	1,035	600	6,000	3,725		.	11,360
Total	34,340	9,361	15,912	13,930	10,630	11,145	95,317

4 Conclusão

A proposta de orçamento apresentada mostra que o Governo não tem uma saída para a situação gerada pela sua gestão nos últimos anos no domínio do desporto.

Nos números da proposta de Orçamento apresentado não se encontra nenhuma das recomendações apresentadas pela CDP. Da proposta feita pela CDP é de realçar o aumento de 36,4% para o IND, CEFD e CAAD, passando no seu conjunto a receber 28,2 milhões de contos.

Ainda de acordo com a proposta da CDP este valor não deveria incluir os montantes do Euro 2004, o que como se verifica na análise à proposta do Governo não foi considerado.

É credível que ao fim dos primeiros meses de 2002 o IND repita a sua falta de fundos na ordem do meio milhão de contos ou superior, dada a conhecida incontínência dos gastos da instituição durante os anos mais recentes e a restrição que o orçamento agora lhe impõe.

Se excluirmos os montantes presentes em sede de proposta de Lei do Orçamento, o aumento do IND é de apenas 3,3 por cento. No contexto, de previsão de inflação entre os 2,5 e os 3 por cento o aumento proposto é inócuo. Face à preparação do orçamento para o desporto que foi ineficaz, o associativismo desportivo ver-se-á ainda mais estrangido nos seus vectores dinâmicos de desenvolvimento fruto da quebra do financiamento público. Pelo contrário noutros sectores como a Cultura e a Ciência e Tecnologia cujos orçamentos cresceram nos últimos anos, este ano o corte sofrido terá um menor impacto do que o sofrido no desporto.

As federações desportivas estão a viver as derradeiras reservas e vão ser ainda mais apertadas pela crise que as empresas vão suportar e a consequente carência dos patrocínios privados que deixarão de surgir a curto prazo.

O presente orçamento não tem a ver com a realidade em que vivem as federações e os clubes nem responde às expectativas mínimas de resolução dos problemas que mais as preocupam. O aumento do financiamento público não é com o desporto é sim com o Euro.2004. Ou seja apenas com uma das suas parcelas. Importante é certo. Mas apenas uma.

O orçamento para o desporto demonstra uma vez mais que não existe um programa, uma orientação, um fio condutor da acção no domínio do financiamento público ao desporto.

A Direcção da CDP
Algés, 22 de Outubro de 2001